

Estatuto Social do Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina – CIEE/SC

Capítulo I

Da denominação e natureza jurídica

Art. 1º O Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE/SC é uma entidade beneficente de assistência social, de direito privado, constituída sob a forma associativa, sem fins lucrativos, de âmbito estadual com prazo de duração indeterminado.

Parágrafo único. A sua sede e respectivo foro situam-se à Rua Antônio Dib Mussi, 473, Centro, CEP 88.015-110 na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Constituído pela Assembleia Geral Extraordinária do Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, realizada em 11 de dezembro de 2000, na Sala de Reuniões do Conselho de Administração, à Rua Tabapuã, nº 540, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na qual foi deliberada a cisão parcial ou desmembramento, das unidades deste CIEE no Estado de Santa Catarina para a formação do Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE/SC, rege-se pelo presente estatuto e pela legislação pertinente.

Capítulo II

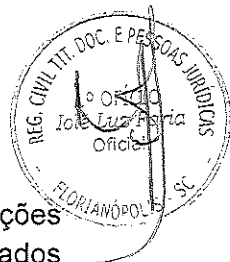
Dos objetos, características institucionais, missão e público alvo

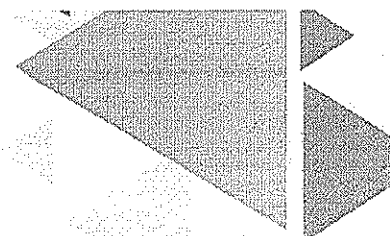
Seção I

Dos Objetivos

Art. 3º A Entidade tem objetivos de natureza socioassistenciais, cujos serviços e ações são realizados de forma continuada, planejada e gratuita ao público alvo, observados os artigos 203 e 227 da Constituição Federal; nos termos da Lei nº 8.742/93 (LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social); e da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), dos quais se destacam:

- I. a promoção da integração ao mundo de trabalho, através da administração de programas de estágio em conformidade com a Lei nº 11.788/08 - Lei do Estágio e dos projetos de formação, acompanhamento e apoio aos jovens;
- II. inserção de adolescentes e jovens ao mundo do trabalho, com atividades teóricas e práticas, através do Programa de Aprendizagem (Lei 10.097/90 — Lei da Aprendizagem) e dos projetos de formação, acompanhamento e apoio;

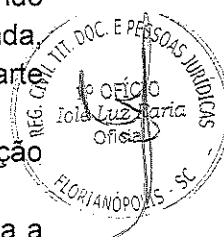




- III. elaboração e implementação de programas de treinamento, capacitação e desenvolvimento profissional; bem como palestras seminários, congressos, campanhas, comunicação e mídia, destinados aos beneficiários da assistência social, conforme definido pelo artigo 203, *caput*, da Constituição Federal;
- IV. prestação de serviços de atendimento e assessoramento, assim como atuar na defesa e garantia de direitos na área da assistência social.

Art. 4º Na consecução dos seus objetivos, a Entidade adotará as ações e os meios cabíveis, entre os quais:

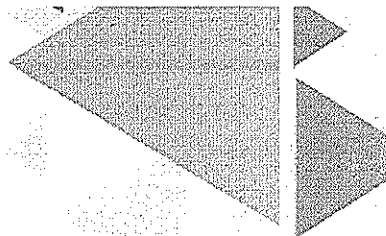
- I. entrosar-se com as escolas de qualquer nível, universidades, autoridades educacionais, empresas, conselhos de assistência social, conselhos de direitos da criança e do adolescente, secretarias de assistência social, entidades de classe e órgãos ou instituições de direito público ou privado;
- II. concorrer para o aprimoramento da formação dos quadros técnicos e administrativos, assim como da mão-de-obra especializada para os setores primários, secundário e terciário, abrangendo empresas particulares, estatais, de economia mista e de serviços públicos e instituições privadas e públicas;
- III. proporcionar atividades direcionadas a:
 - a) obter oportunidades de estágio e de aprendizagem para estudantes junto a empresas, instituições em geral, inclusive órgãos públicos, tendo em vista o máximo aproveitamento da capacidade de efetivação de estagiários e de aprendizes, tanto por parte dos usuários, como das empresas, instituições ou órgãos públicos;
 - b) prestar orientação junto às empresas e executivos em geral sobre organização, administração e acompanhamento dos programas de aprendizagem e de estágio;
 - c) efetuar o acolhimento e o encaminhamento, dos jovens e adolescentes para os programas de estágio e de aprendizagem;
 - d) colaborar em pesquisas, aconselhamento e assistência técnica de recursos humanos, acompanhamento a evolução da demanda de pessoal, informando às escolas, aos usuários as modificações e tendências dessa demanda, servindo de elo entre a procura por parte das empresas e a oferta por parte das escolas;
 - e) concorrer para estruturação e adequação de currículos de formação profissional.
- IV. promover a realização de cursos em forma cooperativa, em que parte venha a ser realizada na escola e parte na empresa; podendo utilizar-se das tecnologias semipresencial e à distância;
- V. incentivar e proporcionar a realização de seminários, simpósios, conferências, ciclos de debates e procedimentos afins, com o concurso de especialistas de renome estadual ou internacional;
- VI. aplicar-se no sentido de que as empresas e órgãos públicos utilizem a escola para serviços de aconselhamento e assistência técnica, bem como para pesquisas aplicadas;



Handwritten signature



Handwritten signature



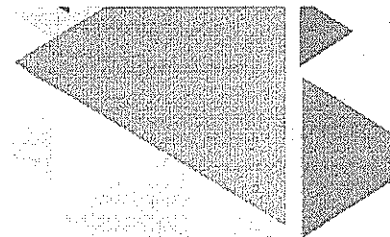
- VII. facilitar melhor compreensão, nas empresas, dos problemas estudantis e de formação profissional;
- VIII. proporcionar aos usuários melhor conhecimento do funcionamento das empresas e das instituições;
- IX. participar de iniciativas que visem a divulgar, junto as escolas, a bibliografia técnica de interesse das empresas;
- X. concorrer para o aprimoramento das condições e programas de estudos, visando a obter a máxima eficiência e objetividade na formação profissional, adaptadas às exigências da comunidade em geral;
- XI. promover a realização de cursos ou seminários, com programas específicos, destinados a estudantes de cursos de qualquer natureza, a título de complementação técnica e cultural; utilizando-se das facilidades ensino à distância EaD, semipresencial, presencial e outras tecnologias adequadas à formação profissional do público alvo da entidade;
- XII. desenvolver programas específicos, com a participação direta de usuários, coordenados por especialistas, professores ou não;
- XIII. desenvolver atividades de caráter técnico, administrativo e financeiro, visando a contribuir para o processo de institucionalização e consequente execução prática:
 - a) do seguro de acidentes pessoais, que proteja o estagiário durante a realização do programa de estágio, e o aprendiz na vigência do contrato de aprendizagem.
- XIV. desenvolver e efetivar projetos e programas de:
 - a) orientação educacional, vocacional e profissional;
 - b) publicações técnicas;
 - c) serviços especializados de consultas sobre cursos, profissões e orientação em geral;
 - d) pesquisas, métodos, processos e técnicas de ensino, com vista à formação e aprimoramento de recursos humanos;
 - e) tecnologia aplicada à veiculação de ensino ou de treinamento.

Art 5º Na realização de seus objetivos, a Entidade poderá celebrar convênios, contratos e acordos de qualquer espécie com empresas privadas e órgãos públicos, estabelecimentos de ensino de qualquer grau, instituições financeiras, entidades de classe e quaisquer entes privados ou públicos, entre os quais:

- I. convênios operacionais ou financeiros com escolas, tendo em vista a criação, manutenção e ampliação de cursos especiais de interesse das empresas;
- II. convênios técnicos, científicos e culturais, para desenvolvimento de programas ou projetos de interesse dos múltiplos componentes da educação, do trabalho e da comunidade.

Parágrafo único. A utilização de mecanismos técnicos e administrativos da entidade, por parte de empresas e instituições em geral, de direito público ou privado, deverão ser objeto de instrumentos próprios.





Art. 6º A Entidade também instituirá, mediante recursos extraídos das contribuições de múltiplas fontes, bem como advindos de doações de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado:

- I. Fundo Interno de Bolsa - Auxílio - FIBA, tendo em vista prover recursos financeiros a estudantes que realizem estágios, para atendimento dos gastos escolares e despesas decorrente de alimentação, transporte, vestuário e outras necessárias ou úteis à realização do estágio.

Seção II

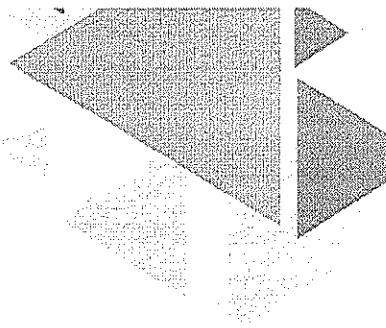
Das características:

Art. 7º A Entidade caracteriza-se por:

- I. não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- II. aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- III. manter escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- IV. executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
- V. assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
- VI. garantir a gratuidade em todos os serviços, programas, projetos socioassistenciais aos seus usuários;
- VII. garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da missão da entidade, bem como da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais;
- VIII. aplicar os recursos, subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas;
- IX. não perceberem os membros do quadro institucional definido no art. 8º, no exercício da função estatutária, nem seus benfeitores ou equivalentes remuneração, vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos ou por deliberação de seus órgãos institucionais, exceto o que previsto em legislação que rege a matéria;
- X. destinar, em caso de dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas;
- XI. assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
- XII. não constituir patrimônio de indivíduo ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social;



Handwritten signatures and initials.



- XIII. ser a sua escrituração contábil e as demais previstas em lei ou deliberadas pelo Conselho de Administração efetuadas com rigorosa exatidão e mantidas em livros e documentos próprios;
- XIV. realizar atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área da assistência social, conforme definido pelo Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007;
- XV. garantir a universalidade do atendimento, independentemente de contraprestação do usuário;
- XVI. ter finalidade pública e transparência nas suas ações;
- XVII. promover a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- XVIII. respeitar a dignidade do cidadão, a sua autonomia e o seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- XIX. promover a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- XX. promover ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seção III

Da missão

Art. 7º-A. É missão da entidade: contribuir para a interação educação trabalho, desenvolvendo competências e habilidades capazes de promover o desenvolvimento dos adolescentes e jovens para a vida cidadã e para o trabalho.

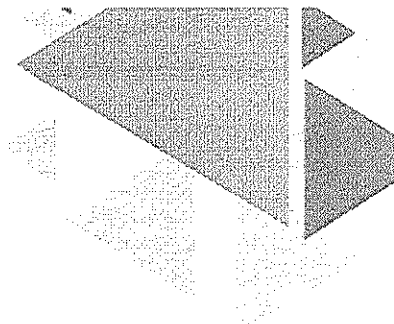
Seção IV

Do público alvo

Art. 7º-B. O público alvo da entidade é composto prioritariamente por adolescentes e jovens, em situação de vulnerabilidade ou risco social, oriundos de famílias de baixa renda, observadas as seguintes categorias:

- I. das ações de promoção do estágio: o público alvo é composto pelos adolescentes e jovens educandos, e a quem necessitar, atendidas as exigências previstas na legislação específica;
- II. das ações de promoção da aprendizagem: o público alvo é composto pelos adolescentes e jovens prioritariamente em situação de vulnerabilidade ou risco social e a quem necessitar, atendidas as exigências previstas na legislação específica;





- III. dos demais serviços prestados pela Entidade: o público alvo compreende todos os que necessitarem, independentemente de contribuição, vez que a gratuidade abrange todas as atividades fim da Instituição, respeitadas as disposições constantes deste Estatuto Social.

Parágrafo Único. É assegurada ao público alvo, a total gratuidade de todos os serviços oferecidos pela entidade.

Capítulo III

Do quadro institucional

Seção I

Das categorias

Art. 8º O quadro institucional da Entidade é formado pelas seguintes categorias:

- I. Fundadores;
- II. Presidentes Eméritos;
- III. Membros Honorários;
- IV. Membros do Conselho de Administração;
- V. Membros da Comissão Executiva;
- VI. Membros do Conselho Fiscal.

Art. 9º São Fundadores as pessoas que participam da Assembleia da elaboração do Protocolo de Operação da Cisão, ou Desmembramento das unidades do Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, no Estado de Santa Catarina, para a criação do Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE/SC.

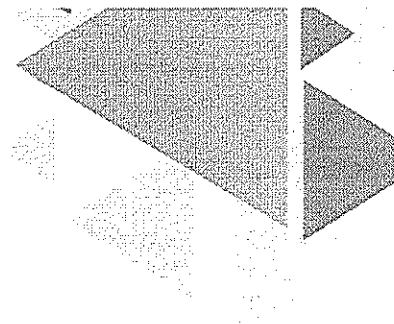
Art. 10. São Presidentes Eméritos os Presidentes do Conselho de Administração ao término do respectivo mandato, passando a ocupar lugar de destaque nos eventos promovidos pela Entidade.

Art. 11. São Membros Honorários as pessoas às quais foi conferida esta distinção por significativos préstimos à Entidade.

Art.11-A. São Membros da Comissão Executiva: o Presidente do Conselho de Administração e os três Vice-Presidentes.

Art. 12. Os Fundadores, os Presidentes Eméritos, os Membros Honorários, os Membros dos Conselhos de Administração, os Membros da Comissão Executiva e os Membros do Conselho Fiscal não responderão por qualquer modo, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações ou compromissos de qualquer natureza contraídos pela Entidade.





Seção II

Da admissão, demissão e exclusão dos associados

Art. 13. Poderá integrar o quadro associativo da entidade, pessoa de ilibada reputação, de reconhecido saber na sua área de atividade, que exerça, em sua comunidade, papel de destaque e liderança, indicado ao Conselho de Administração por qualquer associado.

Parágrafo Único. À exceção dos membros referidos nos incisos I e II do art. 8º, a indicação de todos os demais deverá ser feita ao Conselho de Administração que, uma vez aprovada, submeterá a homologação da Assembleia Geral.

Art. 14. O pedido de demissão de qualquer associado deverá ser apresentado ao Presidente do Conselho de Administração, para deliberação.

Art. 15. A exclusão de qualquer associado somente ocorrerá por decisão da Assembleia Geral, especialmente convocada, se houver justa causa, nos termos da legislação vigente.

§ 1º Qualquer associado poderá levar ao Conselho de Administração a existência de motivos relevantes ou falta grave que justifique a medida.

§ 2º O Conselho de Administração promoverá a apuração da veracidade dos fatos, concedendo amplo direito de defesa ao associado, com o envio do seu relatório à deliberação da Assembleia Geral.

Seção III

Dos direitos e deveres dos associados

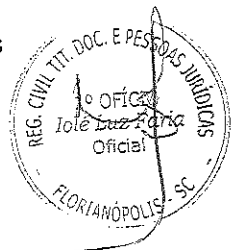
Art. 16. Todos os associados deverão ter iguais direitos e participar de todas as atividades da Entidade, observadas as disposições estatutárias.

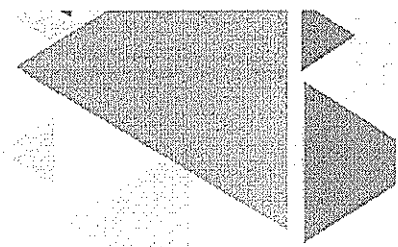
Art. 17. São direitos dos associados:

I. votar e ser votado para cargos eletivos, os seguintes membros associados:

- a) Presidentes Eméritos;
- b) Membros do Conselho de Administração;
- c) Membros da Comissão Executiva;
- d) Membros do Conselho Fiscal.

II. participar de todos os eventos patrocinados pela entidade;





- III. ter voz e voto nas assembleias gerais, os associados referidos no inciso I, salvo disposições estatutárias diversas.

Art. 18. São deveres dos associados:

- I. respeitar e observar o presente estatuto, as disposições regimentais, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- II. prestar à Entidade toda cooperação moral e intelectual e lutar pelo engrandecimento da mesma;
- III. comparecer às Assembleias Gerais e reuniões, quando convocado;
- IV. comunicar, por escrito, mudanças de endereço;
- V. integrar as comissões técnicas para as quais for designado, cumprir os mandatos recebidos e os encargos atribuídos pela Assembleia Geral ou pelo Presidente do Conselho de Administração, salvo justificação.

Capítulo IV

Dos órgãos institucionais

Art. 18-A. São órgãos institucionais de deliberação e fiscalização:

- I. Assembleia Geral;
- II. Conselho de Administração;
- III. Comissão Executiva;
- IV. Conselho Fiscal.

Seção I

Das Assembleias Gerais

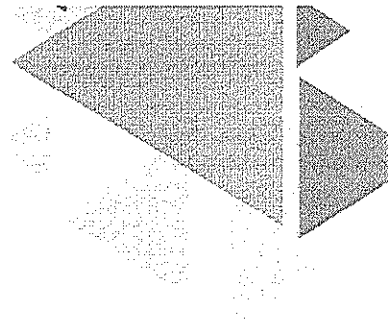
Art. 19. A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da Entidade, compondo-se dos Presidentes Eméritos, Membros Honorários e Membros do Conselho de Administração e Membros da Comissão Executiva.

Parágrafo único. A Assembleia Geral será de caráter ordinário ou extraordinário.

Art. 20. Competirá à Assembleia Geral Ordinária.

- I. deliberar sobre:
 - a) o plano de ação e os orçamentos anuais, aprovados e encaminhados pelo Conselho de Administração;
 - b) o relatório, o balanço e as demais contas do exercício findo, acompanhados de parecer de Auditoria Externa Independente e parecer do Conselho Fiscal aprovados e encaminhados pelo Conselho de Administração;





- c) a destinação de eventual *superávit* apurado no exercício encerrado.
- II. eleger, a cada três anos:
- a) Conselho de Administração e, dentre os eleitos, o seu Presidente, os Vice-Presidentes, a Comissão Executiva e os Vice-Presidentes Regionais;
 - b) Conselho Fiscal.
- III. deliberar sobre os demais assuntos que lhe sejam submetidos pelo Presidente do Conselho de Administração, salvo os de competência da Assembleia Geral Extraordinária.

Parágrafo único. Além dos constantes da pauta, a Assembleia poderá deliberar outros assuntos de interesse da Entidade que, no ato, sejam apresentados por qualquer dos presentes e seu exame admitido pela maioria destes.

Art. 21. Competirá à Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre:

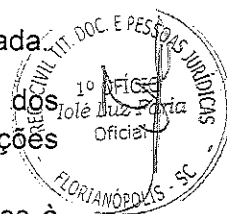
- I. alienação ou oneração a qualquer título de bens imóveis do patrimônio da Entidade, estipulando valores limítrofes, ficando o Conselho de Administração autorizado a aprovar transações, dentro dos valores estabelecidos e de mercado;
- II. aquisição de bens imóveis e autorização de construções, com especificação das respectivas condições;
- III. ingresso ou exclusão de membros do Quadro Institucional;
- IV. reforma deste Estatuto.

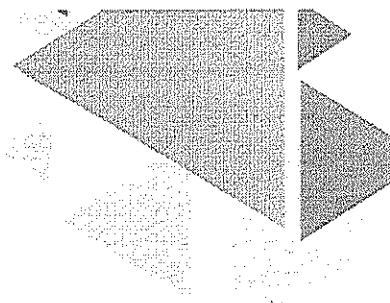
§ 1º O presente estatuto poderá ser alterado, observadas as seguintes condições:

- a) sempre que a lei exija;
- b) por iniciativa e convocação do Presidente do Conselho de Administração;
- c) por proposta de 2/3 dos associados em Assembleia especialmente convocada.

§ 2º As alterações ao presente estatuto far-se-ão mediante voto concorde de 2/3 dos presentes à Assembleia especialmente convocada, respeitadas as disposições constantes dos artigos 44 e 45.

- V. destituir os Administradores, mediante voto concorde de 1/3 dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim;
- VI. escolha de substituto para o cargo de Presidente e demais cargos do Conselho de Administração, no caso de vacância, por maioria absoluta dos integrantes da Assembleia;
- VII. deliberar sobre a dissolução ou extinção da Entidade e a destinação de seu patrimônio;
- VIII. deliberar sobre outros assuntos que não seja da competência da Assembleia Geral Ordinária.





Art. 22. As Assembleias Gerais Ordinárias realizar-se-ão:

- I. no último quadrimestre de cada ano, para deliberar sobre as matérias previstas no art.20, inciso I, letra "a";
- II. no primeiro quadrimestre de cada ano, para deliberar sobre as matérias previstas no art. 20, inciso I, letras "b" e "c";
- III. trienalmente, no último quadrimestre, para deliberar sobre as matérias previstas no art.20, inciso II, letras "a" e "b".

Art. 23. As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário ou conveniente.

Art. 24. As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, por correspondência ou outro meio de comunicação, com antecedência de dez dias da sua realização, ressalvando modo e prazo de convocação diversos previstos neste estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

Art. 25. As Assembleias Gerais serão assim instaladas:

- I. as ordinárias, em primeira convocação, com a presença de pelo menos um terço dos seus componentes ou, em segunda, meia hora depois da primeira, com qualquer número de comparecentes;
- II. as extraordinárias, em primeira ou segunda convocação, esta meia hora depois da primeira, com o número de comparecentes que represente pelo menos o quórum de deliberação.

Parágrafo único. É vedado o uso de procuração para participar das Assembleias Gerais.

Art. 26. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, pelo Vice-Presidente desse órgão, na ordem da respectiva eleição.

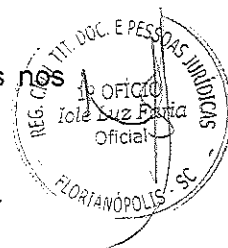
§ 1º Em caso de incompatibilidade entre o exercício da função dos designados nos termos do *caput* e a matéria em pauta, os presentes elegerão quem a presida.

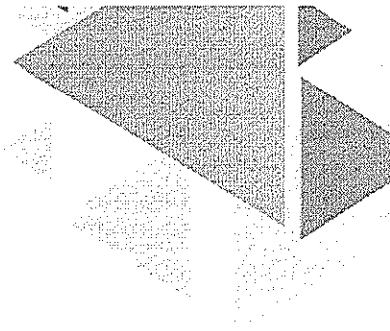
§ 2º O Presidente da Assembleia designará os integrantes da mesa dos trabalhos.

Art. 27. As Assembleias Gerais deliberarão:

- I. pela maioria absoluta dos que a compõem, nos termos do art. 19, em primeira convocação ou em 2ª convocação pela maioria dos que a ela estiverem presentes, exceto no que se refere ao Capítulo VIII, artigos 44 e 45, que permanece inalterado.

§ 1º A cada componente da Assembleia Geral corresponde um voto.





§ 2º Além do próprio, caberá ao Presidente da Assembleia Geral o voto de desempate.

Seção II

Do Conselho de Administração:

Art. 28. O Conselho de Administração compõe-se de:

- I. Presidente;
- II. Três Vice-Presidentes;
- III. Sete Vice-Presidentes Regionais;
- IV. Comissão Executiva; e mais
- V. Vinte e dois Conselheiros.

§ 1º A Assembleia Geral que os eleger poderá também lhes dar posse.

§ 2º O Presidente do Conselho de Administração poderá ser reeleito uma só vez, observando-se:

- I. para eleição ao cargo de Presidente será respeitado o limite de 75 (setenta e cinco) anos de idade;
- II. se durante o mandato, completar 75 (setenta e cinco) anos, deverá cumpri-lo até o final.
- III. O disposto neste parágrafo terá efeitos a partir da eleição para o triênio 2022 – 2024.

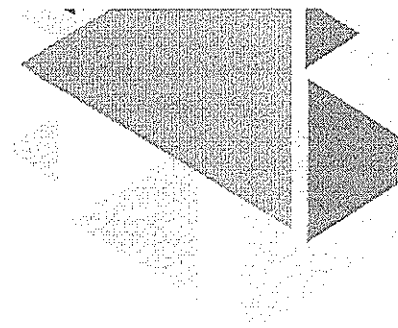
§ 3º No caso de vacância da Presidência do Conselho de Administração, o Vice-Presidente mais idoso assumirá a função, devendo convocar a Assembleia Geral para a escolha do substituto, no prazo de 15 dias, observados os termos do parágrafo único do artigo 29.

§ 4º Em suas ausências ou impedimentos temporários, o Presidente do Conselho designará o Vice-Presidente que o substituirá, observada a disposição do inciso I do § 2º deste artigo.

Art. 29. O mandato de Conselheiro é de três anos, iniciando-se em primeiro de janeiro do ano subsequente ao da eleição e terminando em trinta e um de dezembro do terceiro ano subsequente.

Parágrafo único. Em caso de vacância, o eleito para preenchê-la cumprirá o mandato pelo restante do seu prazo.





Art. 30. Compete ao Conselho de Administração dirigir a entidade, cabendo-lhe, entre outros atos:

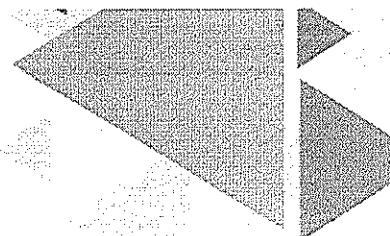
- I. zelar pelo fiel cumprimento deste Estatuto e das deliberações emanadas das Assembleias Gerais;
- II. aprovar e submeter à Assembleia o plano anual e respectivo orçamento das atividades da Entidade, acompanhando sua execução;
- III. aprovar o relatório da administração, o balanço e as demais contas do exercício findo, acompanhados de parecer de Auditoria Externa Independente e parecer do Conselho Fiscal, submetendo-o imediatamente à Assembleia Geral Ordinária;
- IV. a destinação de eventual superávit apurado no exercício encerrado, submetendo-o imediatamente à Assembleia Geral Ordinária;
- V. nomear Auditoria Externa Independente;
- VI. definir homenagens e títulos honoríficos, com respectivos atributos, conferíveis a pessoas que contribuírem para a Entidade com significativos préstimos de ordem intelectual ou material, bem como concedê-los;
- VII. aprovar a organização e métodos da Gestão Executiva;
- VIII. deliberar sobre contratação de financiamentos e empréstimos bancários;
- IX. preparar e encaminhar à Assembleia Geral proposta sobre aquisição, alienação ou gravame de bens imóveis, bem como construções de qualquer natureza;
- X. aprovar transações de alienação ou oneração a qualquer título de bens imóveis do patrimônio da Entidade e aquisição de bens desta natureza, dentro dos valores de mercado;
- XI. deliberar sobre os assuntos que não forem de competência da Assembleia Geral;
- XII. decidir sobre os casos omissos neste Estatuto.



Parágrafo único. O Conselho reunir-se-á pelo menos uma vez a cada quadrimestre e sempre que necessário.

Art. 31. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- I. representar a entidade institucionalmente, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, e praticar os atos jurídicos pertinentes ao cargo;



- II. atribuir funções aos Vice-Presidentes e Vice-Presidentes Regionais e Conselheiros;
- III. convocar e presidir as Assembleias Gerais, as reuniões do Conselho de Administração e as reuniões da Comissão Executiva;
- IV. deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto que exigirem solução urgente, ad referendum do Conselho de Administração;
- V. representar a Entidade perante o Centro de Integração Empresa - Escola - CIEE Nacional;
- VI. designar representantes do CIEE em organizações que convidem a instituição para participar de suas atividades;
- VII. constituir, em nome da Entidade, procuradores para qualquer fim, especificando o mandato, os respectivos poderes e o prazo de sua validade, podendo ser liberados de prazo os mandatos ad-judicia;
- VIII. exercer atividades inerentes à gestão executiva da Entidade.

Parágrafo único. Em suas ausências temporárias, o Presidente do Conselho designará o Vice-Presidente que o substituirá e, se não o fizer, o cargo será interinamente exercido por um dos Vice-Presidentes, atendida sua ordem de eleição.

Art. 31-A. A Comissão Executiva é composta pelo Presidente do Conselho de Administração, que a presidirá, e pelos três Vice-Presidentes.

§ 1º Compete à Comissão Executiva, assessorar o Presidente do Conselho de Administração nas atividades inerentes à gestão executiva da Entidade.

§ 2º Compete prioritariamente à Comissão Executiva, assessorar o Presidente do Conselho de Administração, nos assuntos: Patrimoniais, Institucionais, Jurídicos e financeiros.

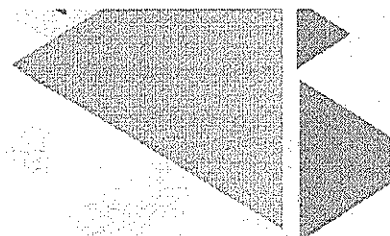
§ 3º Compete também à Comissão Executiva, preparar e encaminhar proposta sobre aquisição, alienação ou gravame de bens imóveis, bem como construções e reformas de qualquer natureza; encaminhando-a ao Presidente do Conselho de Administração.



Seção III

Do Conselho Fiscal

Art. 32. O Conselho Fiscal é composto de três membros titulares e três suplentes, com mandato de três anos.



§ 1º Sua eleição dar-se-á na mesma Assembleia Geral Ordinária de eleição do Conselho de Administração, aplicando-se lhe o disposto nos arts. 28 e 29, em seus parágrafos únicos.

§ 2º Em caso de impedimento ou ausência temporária de titular ou de vacância no Conselho, dar-se-á a substituição ou a sucessão por suplente, na respectiva ordem de eleição.

Art. 33. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. dar parecer e apresentar relatório anual sobre as demonstrações contábeis, constituídas de Balanço Patrimonial, Demonstrações de receitas e despesas;
- II. examinar a escrituração, sempre que julgar conveniente, com apreciação e julgamento quanto ao mérito e legitimidade das despesas.

Capítulo V

Da Gestão Executiva

Art. 34. A Entidade, em sua gestão executiva, abrangendo as atividades de caráter operacional, administrativo e financeiro, disporá de organização composta de pessoal que preste trabalho remunerado, em relação empregatícia ou contratual de qualquer outra natureza.

§ 1º A remuneração sujeitar-se-á às prescrições de ordem trabalhista ou às que forem aplicáveis.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no "caput", a Entidade também poderá receber, em caráter gratuito, serviços pertinentes à gestão executiva.

Art. 35. A organização prevista no art. 34 é por natureza inteiramente distinta dos órgãos institucionais no art. 18-A, e suas funções não se confundem com as funções estatutárias desses órgãos.

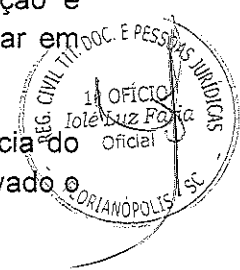
Parágrafo único. Caberá ao Conselho de Administração aprovar a organização e métodos da gestão executiva, devendo as remunerações correspondentes levar em conta os padrões do mercado de trabalho.

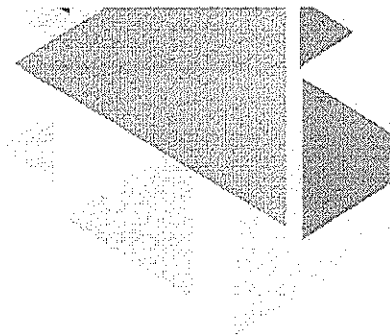
Art. 36. A organização a que se referem os artigos 34 e 35 são da competência do Presidente do Conselho de Administração, ouvida a Comissão Executiva, observado o disposto no artigo 31 deste Estatuto Social.

Capítulo VI

Do exercício social, dos recursos e da prestação de contas

Art. 37. O exercício social da Entidade coincidirá com o ano civil.





Art. 38. Os recursos da entidade consistirão, entre outros, de:

- I. contribuições destinadas à manutenção das atividades e aos programas da instituição (Contribuição Institucional);
- II. doações, heranças, legados e outras contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais;
- III. fundos especiais, nacionais e estrangeiros, de órgãos públicos ou empresas privadas, para promoção de projetos sociais;
- IV. receitas de aplicações financeiras.

Art. 39. Findo o exercício social, deverão ser levantados o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do exercício, de acordo com as Normas Brasileiras de contabilidade e legislação aplicável, com os documentos pertinentes.

§1º Os documentos mencionados no caput, antes de encaminhados ao Conselho de Administração, deverão ser submetidos a parecer de Auditoria Externa Independente e do Conselho Fiscal.

§2º O Conselho de Administração, com sua manifestação, encaminhará a matéria à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Capítulo VII

Do patrimônio

Art. 40. O patrimônio da Entidade é constituído de todos os seus bens corpóreos e incorpóreos.

Art. 41. A Entidade reconhece a titularidade dos direitos autorais, marcas nominativas, figurativas, mistas, expressões e sinais de propaganda, que constituem bens imateriais integrantes do patrimônio do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, registrados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, na Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional, ou em qualquer outro órgão competente.

Art. 42. A Entidade atenderá a todas as resoluções das reuniões dos principais executivos; do Conselho Diretor; das Assembleias Gerais e as obrigações previstas no artigo 22 do Estatuto do CIEE Nacional.



Capítulo VIII

Da dissolução ou extinção

Art. 43. A dissolução ou extinção da Entidade só poderá ser deliberada por Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, que decidirá, inclusive, sobre o destino do seu patrimônio, nos termos do art. 7º, inciso X.

Art. 44. A deliberação só poderá ser tomada por quórum qualificado de três quartos dos membros que, nos termos do art. 19, compõem a Assembleia Geral.

§1º A convocação da Assembleia far-se-á por carta de entrega comprovada ao destinatário, com quinze dias de antecedência da sua realização.

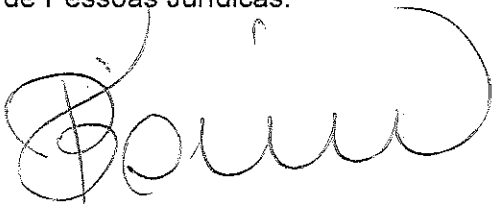
§2º A Assembleia será instalada com o número de membros que corresponda, pelo menos, ao seu quórum qualificado.

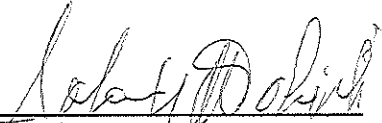
§3º Presidirá a Assembleia aquele dos presentes que for aclamado, preferencialmente o Presidente do Conselho de Administração, o qual designará os componentes da mesa dos trabalhos.

Capítulo IX

Das disposições finais

Art. 45. O presente Estatuto, aprovado por Assembleia Geral Extraordinária de **1º de dezembro de 2023** do Centro de Integração Empresa - Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE/SC, entrará em vigor na data de seu registro em cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.


LUIZ CARLOS FLORIANI
Presidente do Conselho de Administração
CIEE/SC


SALOMÃO MATTÓS SOBRINHO
Vice-presidente do Conselho
de Administração do CIEE/SC


MANOEL ANTÔNIO DE BEM
OAB/SC 8.247



Certifico que o presente Estatuto é parte integrante da Ata de Alteração Estatutária do CIEE Centro de Integração Empresa Escola, registrada sob nº 67498, Livro A-238, fls. 19, Eu, Michele da Silva Sousa, Escrevente, dou fé e assino. Florianópolis, 19 de março de 2024.



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - AGO 02/2021 - DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DE SANTA CATARINA – CIEE/SC.

CNPJ: 04.310.564/0001-81

DATA: 10 de dezembro de 2021

HORÁRIO: 16:00 horas (1ª Convocação) e 16:30 horas (2ª Convocação)

LOCAL: Sala de Reuniões do Hotel Bourbon – Joinville/SC

PAUTA:

1.- Deliberar sobre o Plano de Ação e os orçamentos aprovados e encaminhados pelo Conselho de Administração, para o exercício de 2022.

2.- Definição de provisões para investimentos patrimoniais;

3.- Eleição do Conselho de Administração e, dentre os eleitos, seu presidente, Vice-presidentes, Vice-presidentes Regionais e os Conselheiros Fiscais, Titulares e Suplentes, para o mandato de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

PRESENCAS:

LUIZ CARLOS FLORIANI – Presidente do Conselho de Administração

MÉRCIO FELSKY – Presidente Emérito.

AROLDOSCHETTI SOSTER - Vice-presidente Estadual

SALOMÃO MATTOS SOBRINHO – Vice-presidente Estadual

CARLOS ALBERTO ROSS – Vice-presidente Regional – Blumenau

GUIDO JOSÉ BURIGO – Vice-Presidente Regional Criciúma

IVAN CARLOS KAFER - Vice-presidente Regional – Joaçaba

JOÃO CARLOS SCOPEL - Vice-presidente Regional - Chapecó

EDEMAR SANT'ANA DE LIZ - Vice-presidente Regional – Lages

SALÉSIO ROCHA MACHADO – Vice-Presidente Regional - Itajaí

IRONI CABRAL – Vice-presidente Regional - Tubarão

PAULO ROBERTO POLLI LOBO – Associado e Conselheiro Fiscal Titular

GERMANO JOSÉ DE SOUZA – Associado e Conselheiro

GILBERTO BORGES DE SÁ – Associado e Conselheiro

LUIZ CARLOS BARROS SANTANA – Associado e Conselheiro

JORGE DE OLIVEIRA MUSSE – Associado e Conselheiro

SIGISFREDO HOEPERS – Associado e Conselheiro

CARLOS WOŁOWSKI MUSSI – Associado e Conselheiro Fiscal – Suplente

ANITA MARIA SILVEIRA PIRES – Associada e Conselheira

ENIO SCHONINGER – Associado e Conselheiro

ÊNIO ANDRADE BRANCO – Associado e Conselheiro

NADIR TEREZINHA KOERICH – Associada

ATANÁZIO DOS SANTOS NETO – Associado



38 CÉLIO PHILIPPI SALES – Associado e Conselheiro
39 MOACIR PASIN – Associado e Conselheiro
40 EDUARDO DESCHAMPS – Associado e Conselheiro
41 MARCELO FIRMINO VAZ – Superintendente Executivo
42 MANOEL ANTÔNIO DE BEM – Assessor Jurídico
43 JUAREZ FREITAS NUNES – Gerente de Tecnologia da Informação
44 DANIELA MENDES – Gerente de Desenvolvimento de Pessoas
45 LISIANE BUENO DA ROSA – Gerente de Assistência Social
46 CRISTIAN SANTIANI – Gerente de Operações
47 KARINA SILVEIRA DA CUNHA – Gerente Administrativa e Financeira.

48 No dia 10 (dez) do mês de dezembro de 2021, as 16:30 horas, em segunda
49 convocação, reuniram-se os associados e membros do Conselho de
50 Administração e do Conselho Fiscal do CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA
51 ESCOLA DE SANTA CATARINA – CIEE/SC, atendendo ao Edital de Convocação
52 previamente enviado a todos, conforme estabelece o Estatuto Social da entidade.
53 Após a verificação do *quórum* regimental, previsto para a instalação da presente
54 Assembleia Geral Ordinária, conforme registro de presenças, que constam da
55 Lista de Presenças, que se torna parte integrante e inseparável, desta ata, o
56 Presidente do Conselho de Administração do CIEE/SC, senhor Luiz Carlos
57 Floriani, cumprimentou e agradeceu a presença de todos e, de imediato, convidou
58 o associado e Vice Presidente Estadual, Aroldo Boschetti Soster, para secretariar
59 os trabalhos da presente Assembleia Geral Ordinária, o que foi imediatamente
60 aceito. Antes de efetivamente iniciar os trabalhos, o senhor Presidente lembrou a
61 todos que a ata da assembleia anterior fora aprovada naquela ocasião,
62 dispensada, portanto, a leitura e apreciação neste momento. Na sequência, o
63 Presidente procedeu à leitura e de pronto abriu o item **01 da pauta. - Deliberar**
64 **sobre o Plano de Ação e os orçamentos aprovados e encaminhados pelo**
65 **Conselho de Administração, para o exercício de 2022.** Tendo em vista que o
66 item 1 (um) da pauta, na forma do Estatuto, acabara de ser analisado e aprovado
67 pelo Conselho de Administração, o senhor Presidente, de pleno, submeteu-o à
68 apreciação dos senhores associados. Sem mais discussões, além daquelas
69 promovidas na noticiada Reunião do Conselho de Administração, a matéria foi
70 votada e aprovada pela unanimidade dos senhores Associados presentes,
71 devendo os documentos que compõem o plano anual e os respectivos orçamentos
72 integrar a ata desta AGO, para todos os fins e efeitos. Na sequência o Presidente
73 Floriani passou para o **item 02 da pauta: Definição de provisões para**
74 **investimentos patrimoniais.** O Presidente Floriani informou que o assunto
75 foi previamente discutido na reunião do Conselho de Administração, que



Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'ABE' and a large circular mark.

recomendou as seguintes provisões para investimentos nas sedes locais: Criciúma R\$ 3 milhões; São José R\$ 2 milhões; Itajaí R\$ 3 milhões e Joaçaba R\$ 1 milhão. De pronto o Presidente colocou o assunto em discussão. Como não houvesse quem quisesse discutir o Presidente colocou o assunto em votação, sendo aprovada por unanimidade a recomendação do Conselho de Administração. Dando sequência o Presidente passou para o **item 3 da pauta: Eleição do Conselho de Administração e, dentre os eleitos, seu presidente, Vice-presidentes, Vice-presidentes Regionais e os Conselheiros Fiscais, Titulares e Suplentes, para o mandato de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.** O Senhor Presidente do Conselho de Administração, explicou que por se tratar da eleição do Colegiado, prefere, por questão ética, não coordenar a condução dos trabalhos e desta forma convida o Presidente Emérito Mércio Felsky para conduzir os trabalhos relativos à eleição. Aceitando o convite, o Presidente Emérito Mércio Felsky agradeceu e, assumindo os trabalhos lembrou a todos, que excepcionalmente o atual mandato terminará em 31.12.2021, por conta da decisão tomada na AGO do dia 5 de abril de 2019, em cuja ata consta: ***“Aberta a discussão, nenhuma chapa, apresentou-se para o pleito em processo. A inédita situação em 18 (dezoito) anos de autonomia, foi discutida exaustivamente e ao final, restou a seguinte proposta à deliberação da plenária: “Para que não reste prejuízo à Entidade, os senhores associados decidiram à unanimidade: 1º) suspender, a eleição do Conselho de Administração, constante do Edital de Convocação em apreço; 2º) prorrogar a vigência do mandato do Conselho de Administração atual e por consequente do Presidente, Vice Presidentes, Vice Presidentes Regionais, dos Membros do Conselho Fiscal e dos demais conselheiros até 31 de dezembro de 2019. 3º) a eleição ora suspensa, será realizada na Assembleia Geral Ordinária do quarto trimestre deste exercício.” Discutidas, as propostas acima foram aprovadas por unanimidade”.*** Relembrou ainda o Senhor Presidente Emérito, que em AGO realizada em 29 novembro de 2019, cumprindo o que decidira a AGO de 05 de abril de 2019, acima referida, elegendo o atual Conselho de Administração, de cuja ata extrai-se: ***“Estabelecidos estes propósitos, o Conselho de Administração do CIEE/SC foi eleito mediante votação individual aberta, cujo mandato para a gestão recém-eleita será excepcionalmente de (02) dois anos em virtude da recente prorrogação do mandato, iniciando-se em 1º de janeiro de 2020 e terminando em 31 de dezembro de 2021”.*** Resgatados estes fatos, o Senhor Presidente Emérito, destacou que só foi inscrita uma única chapa interessada em assumir a gestão do CIEE/SC, para o próximo período, considerando o trabalho realizado até aqui pela



114 atual gestão, conduzida pelo atual Presidente, senhor Luiz Carlos Floriani, que se
115 dispôs a prosseguir na gestão da Entidade **para o mandato de 01 de janeiro de**
116 **2022 até 31 de dezembro de 2024.** Aberta a discussão e sem que ninguém
117 quisesse discutir o senhor Presidente Emérito colocou em votação e por
118 aclamação, foi eleito o Conselho de Administração, e dentre os seus membros
119 foram também eleitos: para **Presidente do Conselho de Administração:** Luiz
120 Carlos Floriani, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob. o nº
121 293.351.169-04, com endereço na Rua Ismael Carlos Correa nº 99, bairro
122 Saguauçu, Joinville/SC, CEP 89.221-520. **Vice-Presidentes Estaduais:** Aroldo
123 Boschetti Soster, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob. o nº
124 073.810.850-20, com endereço na Rua Wilson Luz, nº 110, apto. 203, bairro
125 Coqueiros, Florianópolis/SC, CEP 88.080-085; Salomão Mattos Sobrinho,
126 brasileiro, casado, professor aposentado, inscrito no CPF sob o nº 018.751.089-
127 04, com endereço na Rua José Maykot, 194, bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP
128 88.090-410; Ênio Andrade Branco, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF
129 sob nº 179.138.029-87, com endereço na Avenida Trompowski, 346 – 2º andar,
130 centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-440. **Vice-presidentes Regionais: 1)**
131 **Blumenau** - Carlos Alberto Ross, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF
132 sob. o nº 060.012.540-87, com endereço na Rua Eng. Rodolfo Ferraz, nº 221,
133 apto. 201, bairro Jardim Blumenau, Blumenau/SC CEP 89.010-320; **2) Lages** -
134 Edemar Santana de Liz, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob. o nº
135 005.745.469-87, com endereço na Rua Aristiliano Ramos, nº 33, apto. 54, bairro
136 Centro, Lages/SC, CEP 88.502-050; **3) Criciúma** - Guido José Búrigo, brasileiro,
137 casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 144.703.499-68, com endereço na
138 Rua Coronel Pedro Benedit, nº 393, apto. 02, bairro Centro, Criciúma/SC, CEP
139 88.801-250; **4) Tubarão** - Ironi Cabral, brasileiro, casado, empresário, inscrito no
140 CPF sob o nº 144.775.809-91, com endereço na Rua Aldo Hulse, nº 430, bairro
141 Passo do Gado, Tubarão/SC, CEP 88.704-800; **5) Joaçaba** - Ivan Carlos Kafer,
142 brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 250.272.399-04, com
143 endereço na Rua Pará, nº 67, apto. 101, bairro Centro, Joaçaba/SC, CEP 88.801-
144 250; **6) Chapecó** - João Carlos Scopel, brasileiro, casado, empresário, inscrito no
145 CPF sob o nº 249.647.869-00, com endereço na Rua Curitiba, nº 179, apto. 301,
146 bairro Centro, Chapecó/SC, CEP 89.801-341; **7) Itajaí** - Salésio Rocha Machado,
147 brasileiro, casado, empresário contador, inscrito no CPF sob o nº 050.317.619-20,
148 com endereço na Rua Benjamim Franklin Pereira, nº 346, bairro Centro, Itajaí/SC,
149 CEP 88.401-450. Foram eleitos também os **Membros do Conselho Fiscal**
150 **Titulares:** Paulo Roberto Polli Lobo, brasileiro, casado, economista, inscrito no
151 CPF sob o nº 289.298.889-68, com endereço na Rua Victor Konder nº 210, apto.



Handwritten signature and initials in blue ink.

152 101, bairro Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.015-400; Carlos Wolowski Mussi,
153 brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob nº 007.778.209-78, com
154 endereço na Rua Osni Ortiga, 917, bairro Lagoa da Conceição, Florianópolis/SC,
155 CEP 88.062-450; José Sidney Ribeiro Esmério, brasileiro, casado, contabilista,
156 inscrito no CPF nº 021.042.109-68, com endereço na Rua Paraíba, 492, bairro
157 São Cristóvão, Lages/SC, CEP 88.509-130. Os **membros suplentes do**
158 **Conselho Fiscal:** Ênio Schoeninger, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no
159 CPF sob nº 104.577.800-10, com endereço na Rua Maria do Nascimento Costa,
160 33, Cachoeira do Bom Jesus, Florianópolis/SC, CEP 88058-025; Germano José
161 de Souza, brasileiro, solteiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 304.327.749-04,
162 com endereço na Rua 1520, nº 300, apto 201, centro, Balneário Camboriú, CEP
163 88.330-532 e Hélio Cesar Gama do Nascimento, brasileiro, casado, empresário,
164 inscrito no CPF sob nº 539.997.467-34, com endereço na Rua Nilo de Oliveira,
165 293, bairro XV de Novembro, Tijucas/SC, CEP 88.200-000. **Demais Membros do**
166 **Conselho de Administração** ora eleitos: Anita Maria Silveira Pires, portadora do
167 RG nº 84.943, inscrita no CPF sob o nº 714.522.579-49, casada, residente e
168 domiciliada à Rua Capitão Euclides de Castro, 194, ap. 401, Coqueiros,
169 Florianópolis/SC, CEP: 88.080-055; Nadir Terezinha Koerich, portadora do RG nº
170 147791, inscrita no CPF sob o nº 772.229.629-72, divorciada, residente e
171 domiciliada à Rua Irmã Bonavita, 1692, Jardim Atlântico, Florianópolis/SC, CEP:
172 88.095-200; Celso Mário Zipf, portador do RG nº 4691, inscrito no CPF sob o nº
173 009.966.299-04, casado, residente e domiciliado à Rua Itaiópolis, 27, Bairro
174 Itopava Seca, Blumenau/SC, CEP: 89.012-084; Darci de Matos, portador no RG nº
175 100014691, inscrito no CPF sob o nº 448.286.249-53, casado, residente e
176 domiciliado à Rua Orestes Guimarães, 421, ap. 112, América, Joinville/SC, CEP:
177 89.200-000; Eduardo Deschamps, portador do RG nº 1.394.660, inscrito no CPF
178 sob o nº 561.317.049-53, casado, residente e domiciliado à Rua das Baleias
179 Franca, 222, casa 2, Jurerê Internacional, Florianópolis/SC, CEP: 88.053-515;
180 Gilberto Borges de Sá, portador do RG nº 1285913, inscrito no CPF sob o nº
181 480.022.599-04, casado, residente e domiciliado à Rua Emiliano Ramos Branco,
182 80, ap. 302, Centro, Lages/SC, CEP: 88.502-250; Jorge de Oliveira Musse,
183 portador do RG nº 595024-4, inscrito no CPF sob o nº 180.669.689-49, casado,
184 residente e domiciliado à Rua São Joaquim 86, Centro, Florianópolis/SC, CEP:
185 88.020-740; Luiz Carlos Barros Santana, portador do RG nº 962.501, inscrito no
186 CPF sob o nº 250.983.909-82, casado, residente e domiciliado à Av. Paulista, 807,
187 ap. 419, Cerqueira Cesar, São Paulo/SP, CEP: 01.113-100; Mauri Luiz Heerdt,
188 portador do RG nº 5/R 2.214.679, inscrito no CPF sob o nº 674.255.429-00,
189 casado, residente e domiciliado à Rua da Piedade, 312, ap. 1104, Centro,



Handwritten signatures and initials in blue ink.

190 Tubarão/SC, CEP: 88.701-200; Mauricio da Silva, portador do RG nº 454150,
191 inscrito no CPF sob o nº 289.468.479-72, casado, residente e domiciliado à Rua
192 Raul Claudino Soares, Tubarão/SC, CEP: 88701-430; Atânazio dos Santos Netto,
193 portador do RG nº 551087-2, inscrito no CPF sob o nº 300.033.859-49, casado,
194 residente e domiciliado à Rua Duarte Schutel, 181, ap. 1411, Centro,
195 Florianópolis/SC, CEP: 88.015-640; Alaor Francisco Tissot, portador do RG nº
196 836562, inscrito no CPF sob o nº 002.658.969-91, casado, residente e domiciliado
197 à Av. Rubens de Arruda Ramos, 1416, ap. 101, Centro, Florianópolis/SC, CEP:
198 88.015-700; Sigisfredo Hoepers, portador do RG nº 6/R 1.742.403, inscrito no CPF
199 sob o nº 522.745.199-00, divorciado, residente e domiciliado à Rua Das Algas,
200 173, cobertura, Jurerê Internacional, Florianópolis/SC, CEP: 88.053-505; José Luiz
201 Sobierajski, portador do RG nº 53900, inscrito no CPF sob o nº 019.890.149-68,
202 casado, residente e domiciliado à Rua Almirante Carlos da Silveira Carneiro, 162,
203 Agrônômica, Florianópolis/SC, CEP: 88.025-350; Expedito Michels, portador do
204 RG nº 1340206, inscrito no CPF sob o nº 432.913.099-87, casado, residente e
205 domiciliado à Rua Antônio Z. da Silva, 70, Centro, Capivari de Baixo/SC, CEP:
206 88.745-000 e Moacir Pasin, portador do RG nº 348.827, inscrito no CPF sob o nº
207 145.040.909-10, **casado, residente e domiciliado** à Av. Das Lagostas 950, ap. 206,
208 Jurerê, Florianópolis/SC, **CEP: 88.053-350**. Informa neste ponto o Sr. Presidente
209 Emérito Mércio Felsky, com base no artigo 28 do Estatuto Social que, pela
210 ausência de associados interessados em participar do Conselho de Administração
211 neste momento, implica na eleição de 16 (dezesesseis) membros, restando desta
212 forma 6 (seis) cadeiras vagas no colegiado a serem oportunamente **preenchidas**.
213 Superado com sucesso o item da pauta correspondente à eleição do **Colegiado**, o
214 Senhor Presidente Emérito agradece a oportunidade de colaborar em mais uma
215 eleição do CIEESC e devolve a condução dos trabalhos ao Presidente do
216 Conselho de Administração, senhor Luiz Carlos Floriani, que agradeceu a
217 confiança de todos. O Presidente ao amparo do parágrafo primeiro do artigo 28 do
218 Estatuto Social que dispõe: “A assembleia que os eleger poderá também dar-lhes
219 posse”, sugeriu que a posse dos recém-eleitos seja antecipada para o próximo dia
220 20/12/2021, em virtude dos feriados de final de ano e do expediente dos cartórios,
221 viabilizando assim a confecção das procurações, indispensáveis à gestão da
222 instituição. Com a concordância de todos, os recém-eleitos, para todos os efeitos
223 legais, são considerados empossados a partir de 20/12/2021. Esgotados os
224 assuntos da pauta, o Presidente Floriani deixou a palavra livre e como ninguém
225 mais quisesse se manifestar, determinou a leitura desta ata, que achada conforme
226 pelo Colegiado, foi aprovada pela unanimidade dos associados presentes. Nada
227 mais havendo a tratar o Presidente Luiz Carlos Floriani dá por encerrados os



228 trabalhos da presente Assembleia Geral Ordinária 02/2021, da qual lavrou-se esta
229 ata, que segue assinada por ele e pelo Secretário Aroldo Boschetti Sóster.
230 Joinville, 10 de dezembro de 2021.

231

232

233

234

235 Luiz Carlos Floriani

236 Presidente do Conselho de

237 Administração


Aroldo Boschetti Sóster

Vice-presidente e Secretário Designado


Manoel A. De Bem
OAB/SC 8247

Natureza do Título: Ata de Eleição do Conselho de Administração
Apresentante: Marcelo Mario Seemann
Protocolo nº: 63044 Livro: 30 Folha: 221
Registro nº: 60274, Livro: A - 213, Folha: 297
Dou fé, Florianópolis/SC, 22/12/2021.

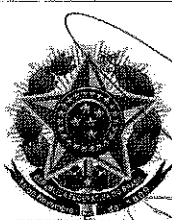
Leonardo de Carvalho Borba - Escrevente
Registro: R\$ 90,56 Selo: R\$ 2,82 Total R\$ 93,38



Selo Digital de Fiscalização - Selo normal - GJM54702-2VX4
Confira os dados do ato em: tjsc.jus.br/selo

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL, INTERDIÇÕES E TUTELAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Iolê Luz Faria - Registradora Titular
Rua Emílio Blum, 131 - Sala 801 - Torre A - Centro - Florianópolis/SC - CEP 88.020-010
Telefones: (48) 3222-9290 - (48) 99889-6768 - E-mail: juridico@cartorioflorianopolis.com.br





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DA CAPITAL

2º Tabelionato de Notas e 1º de Protesto de Títulos

Paulo Luís Quintela de Almeida - Tabelião

Rua Tenente Silveira nº 221, Centro, Florianópolis/SC - CEP:88.010-300 - Fone/Fax:(48) 3039-1991

Finalidade:Procuração para administração de empresa

Página 1 de 4

Protocolo: 60599

Data: 20/12/2023

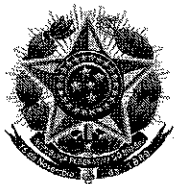
2º TRASLADO

Livro: 542

Folha: 101

PROCURAÇÃO PÚBLICA BASTANTE QUE FAZ(EM) CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE/SC na forma abaixo:

S A I B A M todos quantos esta procuração pública virem que, aos vinte (20) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e vinte e três (2023), nesta cidade de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, na sede deste Serviço Notarial, foi esta lavrada por mim, RAFAEL AUGUSTO LOURENÇO, Escrevente Notarial, comparecendo ao ato, como **OUTORGANTE(S), CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE/SC**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Antônio Dib Mussi, nº 473, Centro, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.310.564/0001-81 e no Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca desta Capital sob o nº 6.638, em 01/03/2001, às fls. 040 no Livro A-35, neste ato apresentada, nos termos do art. 31, do Estatuto registrado sob o nº 64158, em 05/04/2023, às fls. 279 Livro A-226, por seu Presidente **LUIZ CARLOS FLORIANI**, brasileiro, administrador, nascido em 19/05/1957, que se declara casado, portador da cédula de identidade nº 02489904270 DETRAN/SC emitida em 16/11/2022, na qual constam o RG nº 645729 SSP/SC e o CPF/MF nº 293.351.169-04, residente e domiciliado na Rua Ismael Carlos Correia, nº 99, Saguazu, Joinville/SC, ora de passagem por esta Capital, empossado(a) conforme ata registrada sob nº 60274, em 22/12/2021, às fls. 297 do Livro A-213, e Certidão em Breve Relato emitida em 16/10/2023, todos do ofício supramencionado. O(A)(s) comparecente(s), juridicamente capaz(es), foi(ram) identificado(a)(s) como sendo o(a)(s) próprio(a)(s), por mim, Escrevente, ante o(s) documento(s) de identidade expedido(s) pela autoridade competente e que me foi(ram) apresentado(s), tomado(s) por bom(ns), ante suas características gerais de apresentação e conteúdo, e considerou(aram)-se plenamente capaz(es), não tendo sido apontada nenhuma causa transitória impeditiva de expressão da vontade ou que reduza o discernimento, do que dou fé. Primeiramente, pelo(a)(s) representante(s) da(s) pessoa(s) jurídica(s) de direito privado, falando por si, sob pena de responsabilidade civil e criminal, foi-me declarado que o(s) último(s) instrumento(s) registrado(s) que trata(m) do modo por que se a(s) administra(m) e representa(m), ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, é(são) o(s) acima mencionado(s), não tendo ocorrido nenhum fato que implique irregularidade da representação. Então, pelo(a)(s) **OUTORGANTE(S)**, na forma como comparece(m), foi-me dito que, pelo presente instrumento público, nomeia(m) e constitui(em) seu(ua)(s) procurador(es)(a)(s) **MARCELO FIRMINO VAZ**, brasileiro, administrador, nascido em 05/06/1972, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.068.573-4 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 888.286.979-20, residente e domiciliado na Rua Paula Ramos, nº 95, Ap. 301, Capoeiras, Florianópolis/SC, e/ou **MANOEL ANTONIO DE BEM**, brasileiro, advogado, nascido em 30/01/1950, divorciado e que o(a)(s) Outorgante(s) declara(m) não saber se convive em união estável, portador da



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

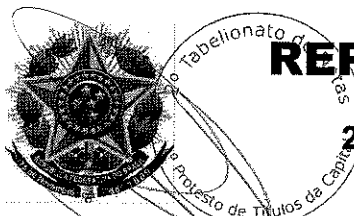
ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DA CAPITAL

2º Tabelionato de Notas e 1º de Protesto de Títulos

Paulo Luís Quintela de Almeida - Tabelião

Rua Tenente Silveira nº 221, Centro, Florianópolis/SC - CEP:88.010-300 - Fone/Fax:(48) 3039-1991				
Finalidade:Procuração para administração de empresa			Página 2 de 4	
Protocolo: 60599	Data: 20/12/2023	2º TRASLADO	Livro: 542	Folha: 101V

cédula de identidade RG nº 122.056 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 070.670.549-15, com domicílio profissional na Rua Antônio Dib Mussi, nº 473, Centro, Florianópolis/SC, conferindo-lhes poderes para, **SEMPRE EM CONJUNTO** representarem a outorgante junto ao Banco Bradesco S.A., Banco Safra S.A, Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Caixa Econômica Federal - CEF, Banco do Brasil S.A., Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL e **Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicred's de SC e do PR**, para abrirem e movimentarem contas especiais junto a instituições financeiras de captação e poupança, assinarem documentos necessários a abertura e movimentação de contas correntes da outorgante, abrirem e movimentarem contas especiais junto a instituições financeiras de captação e poupança, emitirem cheques, endossarem cheques, abrirem contas de depósito, efetuarem resgates das aplicações financeiras, autorizarem cobrança, utilizarem o crédito aberto na forma e condições, receberem, passarem recibos e darem quitação, solicitarem saldos e extratos, requisitarem talões de cheques, autorizarem débito em conta relativo a operações, retirarem cheques devolvidos, cancelarem cheques, baixarem cheques, sustarem/contra-ordenarem cheques, efetuarem resgates/aplicações financeiras, cadastrarem, alterarem e desbloquearem senhas, efetuarem transferências por "meio eletrônico" e efetuarem pagamentos por "meio eletrônico", efetuarem movimentações financeiras entre contas "meio eletrônico", enviarem/liberarem arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro/ASSP, consultarem obrigações de débito direto autorizado - DDA, aceitarem duplicatas emitidas contra a outorgante, executarem pagamentos e cobranças, e, **ISOLADAMENTE**, representar a outorgante em todo o território nacional, assinando todos os instrumentos e praticando todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, representando-o perante o Ministério da Educação e em quaisquer de seus órgãos, tais como: Conselho Federal de Educação, Conselho Nacional de Assistência Social do Ministério da Previdência, secretarias, conselhos, delegacias ou outros mecanismos de sua estrutura direta ou indireta; representá-lo perante o Ministério do Trabalho e Ministério da Previdência Social ou junto a qualquer um de seus órgãos, secretarias, conselhos, delegacias ou outros mecanismos de sua estrutura direta ou indireta ou qualquer outro órgão do Governo Federal, dos governos estaduais, territoriais e municipais de administração direta/centralizada e/ou indireta/ descentralizada, autarquias federais, estaduais e municipais, empresas públicas de direito privado, empresas estatais, empresas de economia mista, concessionárias de serviços públicos, junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, empresas privadas em geral, fundações, entidades de classe, sindicatos patronais, ordens e conselhos de fiscalização do exercício profissional, associações e clubes de serviço, sindicatos de empregados, universidades, faculdades, junto aos estabelecimentos de ensino em geral, no trato de assuntos institucionais, técnicos, legais, administrativos e financeiros relacionados as atividades do Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE-SC, segundo seus objetivos estatutários; representar a outorgante em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo para isso, contratar



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DA CAPITAL

2º Tabelionato de Notas e 1º de Protesto de Títulos

Paulo Luís Quintela de Almeida - Tabelião

Rua Tehente Silveira nº 221, Centro, Florianópolis/SC - CEP:88.010-300 - Fone/Fax:(48) 3039-1991

Finalidade:Procuração para administração de empresa					Página 3 de 4
Protocolo: 60599	Data: 20/12/2023	2º TRASLADO	Livro: 542	Folha: 102	

advogados, outorgando-lhes procurações, inclusive com a cláusula "ad-judicia" e estabelecendo honorários, para efeitos jurídicos e administrativos; celebrar e assinar protocolos de invenções, convênios, contratados, acordos, ajustes de caráter técnico e/ou comercial e/ou financeiro, assinar prestações de contas, receber quaisquer quantias devidas a outorgante emitindo recibos e dando quitação, receber ordens de pagamento, dadas a bancos em favor da outorgante, receber e/ou transferir créditos e valores, endossar cheques para efeito exclusivo de depósito em conta bancária da outorgante; representar a outorgante perante: proprietários de imóvel, em assuntos relacionados à locação dos mesmos para uso do CIEE-SC, podendo estabelecer e acordar os valores de aluguel mensal, forma, índices e prazos de reajustes, prazo de vigência de locação, condições de renovação e todas as condições gerais e específicas do contrato, podendo assinar, em nome da outorgante, os respectivos contratos de locação, contratar seguro contra fogo e danos no prédio objeto da locação e todos os demais procedimentos necessários à regularização total da locação; adquirir e alienar bens móveis; contratar serviços; admitir e demitir empregados; contratar e rescindir contratos de estudantes e estagiários internos, **ficando vedado o substabelecimento**; podendo ainda representar a outorgante em processos licitatórios de todas e quaisquer entidades públicas, nas esferas municipais, estaduais, federais, autárquicas e fundacionais, podendo, para tal fim, retirar editais, apresentar envelope contendo documentação para a fase habilitatória, bem como envelope contendo proposta de preços, para a fase classificatória; assistir aberturas, firmar atas e demais documentos, fazer impugnações e outras quaisquer anotações em atas, representá-la junto às Comissões de Licitações, bem como suas respectivas autoridades superiores, tomar ciência de despachos, receber intimações de prazos, recorrer e contra-arrazoar, na fase administrativa, acompanhar decisões, firmar os respectivos contratos administrativos, decorrentes dos processos licitatórios; constituir advogados, outorgando-lhes poderes das cláusulas *ad-judicia et extra*, para a interposição de mandados de segurança contra atos das respectivas autoridades administrativas, sempre relativamente aos processos licitatórios em epígrafe; passar recibos, receber e dar quitações, apresentar, juntar e retirar documentos, cumprir exigências, dar lances, pagar taxas, guias e emolumentos, assinar, requerer e praticar, enfim, todos os demais atos necessários o fiel e cabal cumprimento do presente mandato, **podendo inclusive substabelecer**. O presente mandato terá validade até **31/12/2024**, cessando de pleno direito após essa data, nos termos do art. 682, IV, do Código Civil, não mais podendo ser utilizado. **(SOB MINUTA). Todas as informações aqui prestadas são de inteira responsabilidade do(a)s outorgante(s). O(A)(S) Outorgado(a)(s), ao aceitar o mandato, fica ciente de que deverá apresentar o Estatuto Social, Ata de Eleição e Certidão em Breve Relato atualizados da Outorgante e os documentos de identificação de seu representante legal, nos termos do art. 483 do Código de Normas da CGJ/SC.** E como assim disse(ram) e me pediu(ram), lavrei-lhe(s) o presente instrumento público, que, lido pelo(a)(s) comparecente(s) e achado conforme, aceitou(aram), outorgou(aram) e assina(m). Eu,



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DA CAPITAL

2º Tabelionato de Notas e 1º de Protesto de Títulos

Paulo Luís Quintela de Almeida - Tabelião

Rua Tenente Silveira nº 221, Centro, Florianópolis/SC - CEP:88.010-300 - Fone/Fax:(48) 3039-1991

Finalidade:Procuração para administração de empresa

Página 4 de 4

Protocolo: 60599

Data: 20/12/2023

2º TRASLADO

Livro: 542

Folha: 102V

RAFAEL AUGUSTO LOURENÇO, Escrevente Notarial, lavrei, conferi, li, encerro o presente ato colhendo a(s) assinatura(s), dou fé e assino. Emolumentos: R\$ 68,92, Total FRJ: R\$ 15,66 (FUPESC: 24,42%; OAB, Peritos e Assistência: até 24,42%; FEMR/MPSC: 4,88%; Ressarcimento de Atos Isentos e Ajuda de Custo: 26,73%; TJSC: 19,55%), Total ISS: R\$ 3,45 = Total Emolumentos: R\$ 68,92, Total: R\$ 88,03. Florianópolis, 20 de dezembro de 2023. ASSINADOS: LUIZ CARLOS FLORIANI - Presentante da Outorgante, RAFAEL AUGUSTO LOURENÇO - ESCRIVENTE NOTARIAL. Confere com o original no referido livro e folhas do Tabelionato, do que dou fé.Emolumentos: R\$ 13,90 + ISS: R\$ 6,23 + FRJ: R\$ 12,60 (FUPESC: 24,42%; OAB, Peritos e Assistência: até 24,42%; FEMR/MPSC: 4,88%; Ressarcimento de Atos Isentos e Ajuda de Custo: 26,73%; TJSC: 19,55%) = R\$ 32,73.

Florianópolis/SC, 20 de dezembro de 2023.

Em test°. _____ da verdade.

RAFAEL AUGUSTO LOURENÇO
Escrevente Notarial



Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Selo normal

GYJ24239-HUL3

Confira os dados do ato em:
www.tjsc.jus.br/selo

CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Conselho Federal de Administração
Conselho Regional de Administração



Polígara Direita

Registro: CRA /SC N° 8450 Data do Registro: 30-07-2002 1ª VIA

Nome: MARCELO FIRMINO VAZ

Assinatura do Portador

VALIDA SOMENTE COM PAPEL FIBRA COLORIDA - IMPRESSO EM TALHO DOCE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI 6.206/75

Nacionalidade	Brasileira	Naturalidade	Brasília/DF
Identidade	2.068.573-4	CIC	888.286.979-20
Data de Nascimento	05-06-1972		
Filiação	Euclydes de Mello Vaz Luzia Firmino Vaz		
Diplomado por	Univ. Federal de Santa Catarina UFSC		
Registro no MEC N°	913	Local	UFSC
Data	22-07-2002		

Identidade profissional de ADMINISTRADOR habilitado na forma da alínea "a" do Art. 3º, da Lei 4.769 de 09/09/65.

Florianópolis, 30-07-2002

Local e Data de Expedição

Assinatura do CRA

2º TABELONATO DE NOTAS E
1º DE PROTESTOS DA COMARCA DA CAPITAL
Paulo Luis Quintela de Almeida - Tabelião
R. Tenente Silveira nº 221 - Tiroso - Centro
Florianópolis - SC - CEP 88010-300
(48) 3026-1961 - carterofortuna@gmail.com

--- AUTENTICAÇÃO Nº 403470 ---

Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado. Do que dou fé.
Florianópolis, 15 de maio de 2018.

Em test. da verdade.

OSVALDO FORTUNA FERREIRA - Escrevente Notarial
Emolumentos: R\$ 3,40 + selo: R\$ 1,90 - Total: R\$5,30
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal FCH75562-WMFF
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br



EM BRANCO